

Vol. II

Ciências da Comunicação no Brasil

50 ANOS

Histórias para contar

**Século XX
Pragmatismo Utópico**

**Carlos Eduardo Lins da Silva
José Marques de Melo
Maria Cristina Gobbi
Osvando J. de Moraes**
Orgs.

Uma nova realidade no contexto da comunicação foi inaugurada no novo século, pautada pelo desenvolvimento vertiginoso dos *media*, reféns da aceleração das pesquisas científicas de base que alimentam as Ciências Aplicadas, e da implementação de tecnologias voltadas para o incremento e produção de instrumentos e artefatos utilizados nos processos comunicacionais com rapidez de obsolescência.

As instituições de mídia ganharam força. Assumem papéis importantes – tanto de caráter normativo como de formação do ‘juízo’ público –, confirmando sua condição de poder junto aos poderes do Estado, status já antevisto pelo historiador inglês, Thomas Carlyle, desde os meados do séc. XIX, e que é notadamente forte na área de telecomunicação, considerando suas qualidades de portabilidade, simultaneidade e ubiquidade, refletidas nas intercomunicações individuais e de grupo viabilizadas pela Internet.

Quase todas as grandes lutas que objetivaram consolidar o campo acadêmico da Comunicação no Brasil aconteceram por imposição de ideias e como consequência da divisão do mundo. O propósito deste

Ciclo de Conferências é subsidiar as novas gerações de pesquisadores que resistem em seus espaços e fortalecer criticamente a área, estabelecendo um pensamento comunicacional brasileiro demandado pelas transformações cultural e o comunicacional.

A Comunicação em nosso país mudou no que diz respeito aos *media*, à indústria cultural, à pesquisa e ao ensino. Pode-se afirmar que a História da Comunicação não se separa dos grandes acontecimentos e dos grandes embates que possibilitaram a construção do universo multifacetado da Comunicação que temos hoje.

A cisão nos meios acadêmicos entre os puramente teóricos e os empíricos, que enfatizam a prática; e a cisão entre universidade e mercado, no que diz respeito às diferentes habilitações profissionais ofertadas aos que buscam o Ensino na área, serão alguns dos temas a serem examinados por intermédio dos livros de pesquisadores da área.

Osvando J. de Moraes
UNESP - Bauru

Vol. II

Ciências da **Comunicação no Brasil**



ANOS

Histórias para contar

Século XX
Pragmatismo Utópico

DIRETORIA EXECUTIVA - TRIÊNIO 2014 2017

Presidência – Marialva Carlos Barbosa (UFRJ)
Vice-Presidência – Ana Silvia Lopes Davi Médola (UNESP)
Diretoria Financeira – Fernando Ferreira de Almeida (METODISTA)
Diretoria Administrativa – Sonia Maria Ribeiro Jaconi (METODISTA)
Diretoria Científica – Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF)
Diretoria Cultural – Adriana Cristina Omena dos Santos (UFU)
Diretoria de Projetos – Tassiara Baldissera Camatti (PUCRS)
Diretoria de Documentação – Ana Paula Goulart Ribeiro (UFRJ)
Diretoria Editorial – Felipe Pena de Oliveira (UFF)
Diretoria de Relações Internacionais – Giovandro Marcus Ferreira (UFBA)
Diretoria Regional Norte – Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues (UFAM)
Diretoria Regional Nordeste – Aline Maria Grego Lins (UNICAP)
Diretoria Regional Sudeste – Nair Prata Moreira Martins (UFOP)
Diretoria Regional Sul – Marcio Ronaldo Santos Fernandes (UNICENTRO)
Diretoria Regional Centro-Oeste – Daniela Cristiane Ota (UFMS)

Conselho Fiscal

Elza Aparecida de Oliveira Filha (UP)
Luiz Alberto Beserra de Farias (USP)
Osvando J. de Moraes (UNESP)
Raquel Paiva de Araujo Soares (UFRJ)
Sandra Lucia Amaral de Assis Reimão (USP)

Conselho Curador – quadriênio 2013-2017

Presidente – José Marques de Melo
Vice-Presidente – Manuel Carlos da Conceição Chaparro
Secretária – Cícilia Maria Krohling Peruzzo
Conselheiro – Adolpho Carlos Françoso Queiroz
Conselheira – Anamaria Fadul
Conselheiro – Antonio Carlos Hohlfeldt
Conselheiro – Gaudêncio Torquato
Conselheira – Margarida Maria Krohling Kunsch
Conselheira – Maria Immacolata Vassallo de Lopes
Conselheira – Sonia Virginia Moreira

Secretaria Executiva Intercom

Gerente Administrativo – Maria do Carmo Silva Barbosa
Web Designer – Genio Nascimento
Assistente de Comunicação e Marketing – Jovina Fonseca

Volume II

Ciências da Comunicação no Brasil

50 anos: Histórias para contar

Século XX: Pragmatismo Utópico

Direção Editorial

Felipe Pena de Oliveira

Presidência

Muniz Sodré (UFRJ)

Conselho Editorial – Intercom

Alex Primo (UFRGS)

Alexandre Barbalho (UFCE)

Ana Sílvia Davi Lopes Médola (UNESP)

Christa Berger (UNISINOS)

Cicília M. Krohling Peruzzo (UMESP)

Erick Felinto (UERJ)

Etienne Samain (UNICAMP)

Giovandro Ferreira (UFBA)

José Manuel Rebelo (ISCTE, Portugal)

Jeronimo C. S. Braga (PUC-RS)

José Marques de Melo (UMESP)

Juremir Machado da Silva (PUCRS)

Luciano Arcella (Universidade d'Aquila, Itália)

Luiz C. Martino (UnB)

Marcio Guerra (UFJF)

Margarida M. Krohling Kunsch (USP)

Maria Teresa Quiroz (Universidade de Lima/Felafacs)

Marialva Barbosa (UFF)

Mohammed Elhajji (UFRJ)

Muniz Sodré (UFRJ)

Nélia R. Del Bianco (UnB)

Norval Baitelo (PUC-SP)

Olgária Chain Féres Matos (UNIFESP)

Osvando J. de Moraes (UNESP)

Paulo B. C. Schettino (UFRN/ASL)

Pedro Russi Duarte (UnB)

Sandra Reimão (USP)

Sérgio Augusto Soares Mattos (UFRB)

Volume II

Ciências da Comunicação no Brasil

50 anos: Histórias para contar

Século XX: Pragmatismo Utópico

Carlos Eduardo Lins da Silva

José Marques de Melo

Maria Cristina Gobbi

Osvando J. de Moraes

(organizadores)

São Paulo

FAPESP / INTERCOM / UNESP / ECA-USP

2015

Ciências da Comunicação no Brasil
50 anos: Histórias para contar
Volume II – Século XX: Pragmatismo Utópico

Copyright © 2015 dos autores dos textos, cedidos para esta edição à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM

Editor

Osvando J. de Moraes

Projeto Gráfico e Diagramação

Mariana Real e Marina Real

Capa

Mariana Real e Marina Real

Revisão

Carlos Eduardo Parreira

Revisão Geral

José Marques de Melo, Maria Cristina Gobbi e Osvando J. de Moraes

Ficha Catalográfica

Ciências da Comunicação no Brasil 50 anos: Histórias para contar. Volume II – Século XX: Pragmatismo Utópico / Organizadores, Carlos Eduardo Lins da Silva, José Marques de Melo, Maria Cristina Gobbi, Osvando J. de Moraes. – São Paulo: Fapesp / Intercom / Unesp / ECA-USP, 2015. 460 p. ; 23 cm

E-book

ISBN: 978-85-8208-081-8

Inclui bibliografias.

1. Comunicação. 2. Comunicação-Brasil-História. 3. Comunicação-São Paulo-História. 4. Teorias da Comunicação. 5. Telecomunicações-Brasil-História. 6. Telecomunicações-São Paulo-História. 7. Ensino. 8. Pesquisa. 9. Metodologia. I. Silva, Carlos Eduardo Lins da. II. Melo, José Marques de. III. Gobbi, Maria Cristina. IV. Moraes, Osvando J. de. V. Título.

CDD-300

CDD-3840981

Todos os direitos desta edição reservados à:

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM

Rua Joaquim Antunes, 705 – Pinheiros

CEP: 05415 – 012 – São Paulo – SP – Brasil – Tel: (11) 2574 – 8477 /

3596 – 4747 / 3384 – 0303 / 3596 – 9494

<http://www.intercom.org.br> – E-mail: intercom@usp.br

6.

A transição do Campesinato brasileiro da sociedade tradicional para a moderna

Cristina Schmidt¹

UMC – Universidade de Mogi das Cruzes

QUEIROZ. Maria Isaura Pereira. **O campesinato Brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis/RJ:Vozes, SP: Edusp, 1973.

1. Uma pesquisadora contrária ao seu tempo

Diferentemente dos sociólogos de seu tempo, Maria Isaura Pereira Queiroz estudou as mudanças sociais partindo do contexto rural para a compreensão do

-
1. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), e mestre em Teoria e Ensino da Comunicação pela UMESP (Universidade Metodista de São Paulo). É jornalista, graduada pela Metodista, com atuação no ensino, na pesquisa, na assessoria de imprensa. Pesquisadora e sócio-fundadora da Rede Folkcom Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas em Folkcomunicação, vinculada a Cátedra UNES-CO/Metodista, coordenou o Grupo de Pesquisa em Folkcomunicação da Intercom. É professora no Mestrado em Políticas Públicas da UMC (Universidade de Mogi das Cruzes – SP), e pesquisadora no GRUPPU – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas na UMC.

urbano. Para ela o paradigma da modernização brasileira estava na forma como a sociedade tradicional camponesa se inseria no processo de urbanização. Pois, somente nesse sentido era possível perceber a transição do tradicional para o moderno. Por esse prisma, a pesquisadora destoava dos seus colegas e críticos à modernização durante os anos de 1950 até 1970, que sustentavam e privilegiavam o movimento inverso, ou seja, os centros urbanos como foco para entender a modernidade em expansão.

Como essa abordagem era a motivação para seus estudos e pesquisas, Maria Isaura e seus colaboradores fundaram o Centro de Estudos Rurais (CER) em 1964, núcleo que se tornou referência internacional. Repleto de documentos e relatórios de campo, o CER evidenciou por muito tempo a posição metodológica de sua fundadora, que toma como objeto a camada camponesa como elucidadora da dinâmica social, e ainda abrange as ações dessa classe como articuladora do conhecimento tradicional em atividades comunitárias singulares frente à modernização. Em 1968, o Centro já ampliado com participações de outros pesquisadores, com outros enfoques e revisões metodológicas, recebe o nome mais abrangente de Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), como permanece até a atualidade.

Sua trajetória mantém como fundamental as pesquisas de campo para efetivo conhecimento dos grupos estudados. Por isso mesmo que mantém firme e sempre seu vínculo com o mundo rústico, expressão e visão que a pesquisadora adota de Antonio Candido, para acompanhar as movimentações camponesas de integração e coexistência com a sociedade moderna.

Dentro dessa mesma linha, pudemos nós mesmos levar mais adiante as pesquisas e mostrar que realmente o isolamento do caipira, do tabaréu, do caiçara, enfim de todos os habitantes do meio rural que não sejam nem fazendeiros, nem trabalhadores sem terra, é realmente uma ilusão. [...] Os sitiante estavam em constante circulação dentro de sua região, solicitados a sair de seus bairros ora pelas atividades econômicas, ora pelas práticas religiosas, e servindo-se de todos os pretextos para não ficarem isolados e trancados dentro de seu grupo de vizinhança. (QUEIROS, 1972, p.13)

Esses movimentos do homem do campo vão tomar o olhar da socióloga durante toda a vida acadêmica, identificando nos saberes populares as mudanças culturais e as relações com a urbanização brasileira. Volta-se ao estudo do folclo-

re, inspirada pelo sociólogo Roger Bastide, seu orientador, e por Antonio Candido, sua referência para o percurso e definição conceitual dos bairros rurais, e defesa do mundo rústico.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (São Paulo, 1918) graduou-se em sociologia na Universidade de São Paulo, fez o mestrado na mesma instituição sob a orientação de Bastide (1959) e, doutorou-se na mesma área em Paris (1959). Lecionou em diferentes países, como convidada a expor sua abordagem diferenciada sobre o mundo rural. Além da França, lecionou no Canadá, Senegal e Bélgica. Destacou-se no mundo acadêmico com a fundação e direção do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), na USP onde foi professora e pesquisadora por muitos anos.

Tem uma produção acadêmica extensa. Suas principais obras são: *Carnaval brasileiro: O vivido e o mito* (1992); *História do cangaço* (1991, 4ª. Ed.); *Nostalgia do outro e do alhures: a obra sociológica de Roger Bastide* (1983); *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva* (1983, 2ª. Ed.); *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil* (1978); *O Messianismo no Brasil e no mundo* (1976, 2ª. Ed.); *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (1976); *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade* (1973); *O Campesinato brasileiro* (1973); *Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil* (1973, 2ª. Ed.); *Sociologia e Folclore: A dança de São Gonçalo num povoado baiano* (1958). Além desses livros e dezenas de artigos publicados em português, muitos trabalhos e artigos seus foram traduzidos para o Francês, Italiano e Espanhol, países onde suas pesquisas são referências reconhecidas.

2. A problemática do camponês tradicional brasileiro

É com satisfação que apresentamos essa temática, com olhos mais aguçados para o livro de Maria Isaura Pereira de Queiroz, pois pudemos verificar em profundidade essa realidade em nosso trabalho de mestrado “New caipira: a reificação da cultura caipira em Piracicaba” (1993); depois, continuando nesse universo da cultura popular desenvolvemos a tese de doutorado e vários artigos apresentados em congressos e publicados em livros e coletâneas. O universo camponês é parte de nossa vida acadêmica e pessoal que trazemos do campo da sociologia e antropologia para dialogar com a comunicação, mais propriamente com a folkcomunicação. Por isso a relevância dessa obra nesse momento do cinquentenário das ciências da comunicação no Brasil.

A obra **“O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil”**, publicado em 1973 numa parceria entre as editoras da Universidade de São Paulo e Vozes, está organizada em onze capítulos independentes que se complementam para a reflexão do universo camponês ou “mundo rústico”. Na verdade, trata-se de uma coletânea de artigos publicados em revistas científicas da área ou apresentados em congressos afins.

Sem prefácio, a obra começa diretamente com o primeiro capítulo, cujo título “O sitiante tradicional brasileiro e o problema do campesinato”, apresenta inicialmente uma revisão de autores que abordam a temática do campo sob diferentes prismas, segundo a autora desde a década de 1880.

Desde fins do século passado, o meio rural brasileiro tornou-se objeto de estudo, devido a curiosidade que despertava entre os citadinos, admirados de que se conservassem no interior estilos de vida que tinham desaparecido das cidades grandes. (1972, p.7)

Com olhares diferentes sobre o mesmo objeto, estudiosos lançaram mão do mundo rural para compor pesquisas e contribuir no entendimento da formação social brasileira. Sylvio Romero é atraído pelas manifestações populares, nos costumes e saberes do homem simples. É o folclore que subsidia suas pesquisas de campo e seus trabalhos científicos. Outra interpretação que vai trazer uma explicação incontestável foi a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que relata o drama cruel de Canudos. Apoiados em teorias da época, essas referências serviram como “coordenadas dentro das quais os fenômenos rurais brasileiros passaram a ser observados”. (Idem)

O camponês sempre foi visto com um viés urbano, e por isso mesmo com metodologias limitadoras de sua compreensão. Grande parte desse grupo era formado por homens mestiços, decorrentes do processo de colonização. Por isso, advém uma série de teorias sociológicas que desqualificam o mundo rural e toda a sua gente. Uma dessas interpretações negativas, mas que teve pouca repercussão, enfoca o homem mestiço com desequilíbrio físico e étnico. Segundo essa teoria, isso era a causa do desenvolvimento tecnológico atrasado e os costumes arcaicos do interior do país. Outra tese, a do isolamento da vida cabocla, de Euclides da Cunha, considerava o camponês isolado e distante dos grandes centros urbanos e do litoral, por isso mantinham costumes da época colonial. Além disso, considerava que quanto mais o fazendeiro se aproximava do vaquei-

ro, do trabalhador rural, menor era a diferença social. Quanto mais o fazendeiro se aproximava da cidade, maior era a diferença social entre eles.

Outro trabalho que Maria Isaura considera com visão equivocada do camponês foi o de Oliveira Vianna, do sul do país. Para ele a diferença social é sempre muito grande, inclusive por questões biológicas, ao ponto de não existir outra classe social no campo além dessas duas: o fazendeiro e o trabalhador da fazenda. Para esse pesquisador os homens livres, além de preguiçosos, são miseráveis caipiras que não contam sequer com o apoio do fazendeiro. Graças a visões mais compreensivas da realidade camponesa, essas bases biológicas que foram descartadas em estudos posteriores.

A distinção da sociedade rural em duas camadas sociais continua com Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933). Tão bem fundamentada, essa tese foi aos poucos sendo levada para a compreensão do universo urbano, onde nas cidades ficavam totalmente distintos os *Sobrados e Mucambos* (1936). E, mais uma vez a camada intermediária não é reconhecida. Mas, fora da sociologia, adentrando outros campos das Humanidades, essa camada intermediária – o pequeno fazendeiro, o sitiante e outros profissionais que serviam esse contexto circulando do urbano para o rural e também o inverso –, ganhou vulto. Na literatura, por exemplo, Monteiro Lobato escreve *O Sítio do Pica Pau Amarelo*, onde uma sitiante idosa mora com seus netos e alguns serviçais, estabelece uma relação mítica com a terra e interações diversas com seus vizinhos e moradores do entorno muito diferente da de um fazendeiro, fora da realidade cotidiana.

Apesar de Maria Isaura não citar que esse autor desqualifica os caipiras em seu livro *Urupês* e em outros artigos, e cria o personagem Jeca Tatu – que estigmatizou o homem camponês até a atualidade; ela aponta a contribuição de Monteiro Lobato ao reconhecer que existe uma camada social intermediária entre o fazendeiro e o vaqueiro. Aliás, primeiro reconhecimento científico dessa camada se deu, segundo Maria Isaura, por Caio Prado Junior em 1963, cientista que vai “dar um lugar na paisagem social do meio rural brasileiro a esta camada que não podia ser incluída nem entre os fazendeiros nem entre os trabalhadores sem terra”. Seguido de Jacques Lambert em 1959, que aponta a importância das roças dessa camada social no abastecimento à maioria da população urbana. A roça do sitiante é que alimenta a população brasileira. Nessa linha vêm depois Manoel Corrêa Andrade, do nordeste; Nice Lecop Müller, de São Paulo, reconhecem o papel da família nesse plantio roceiro, e a mobilidade após esgotar a terra.

Mas é na tese de doutorado de Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, de 1964 que, na

visão de Maria Isaura, tem a melhor descrição das condições de vida do homem do campo, do caipira que vive em comunidade com seus familiares e vizinhança formando o “bairro rural”. Tese que leva por terra as anteriores que tentam sustentar uma cultura camponesa de isolamento e indolência. Candido evidencia como as relações nesses bairros vão dar contornos culturais bem claros ao ponto de gerar o sentimento de pertencimento e identidade.

Esse sentimento de localidade era primordial na vida caipira, determinando a configuração do grupo, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social. Cada “bairro” se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças quando e como queriam [...] Configuração intermediária entre a família, de um lado, e de outro lado o arraial, ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresenta as formas mais elementares de sociabilidade da vida rústica. (QUEIROZ, 1972, p.13)

A autora, apoiada em Candido, evidencia que essa camada social é relativamente autônoma, e os bairros se articulam entre si na localidade; se integram em algumas atividades comuns internas ou externas, que exigem atuações mais amplas e em outras localidades; se apoiam e se solidarizam em algumas questões regionais, ficando mais ou menos próximos dependendo do momento ou processo. Isso tudo constatado por ela mesma em suas pesquisas de campo, o que desbanca totalmente a tese do isolamento.

O capítulo continua com uma longa apresentação histórica para definir o que ou quem é o camponês. A autora busca na história europeia todo o percurso do trabalhador rural posicionando-o desde os romanos, a revolução agrária, a revolução industrial. Situa as camadas sociais nesse percurso histórico e segue situando o camponês em diferentes sociedades. Chega ao campesinato brasileiro afirmando que está em vias de desaparecimento, persistindo em algumas poucas regiões onde o capitalismo não tem atuação ou interesse direto. E, o primeiro motivo para a decadência está na forma de consumo.

Nos capítulos seguintes “A posição do sitiante tradicional na sociedade brasileira” e “O sitiante tradicional e a percepção do espaço” a autora vai aprofundar a estruturação do meio rural ou mundo rústico e caracterizar a configuração espacial e os processos sociais nos quais o homem do campo está inserido, seja pela condição cultural, seja pela econômica.

O contexto das monoculturas sempre manteve uma imagem de enriquecimento e poder, enquanto que a produção de cultura de subsistência sempre foi considerada inferior, era deixada para os pequenos lavradores – os pequenos caipiras. Por isso, a produção em pequenas áreas transformava os produtos em raros e caros. Os próprios produtores não tinham acesso à maioria deles o que os forçava a uma alimentação simplificada e, portanto, a uma plantação limitada. Em muitas regiões de São Paulo, por exemplo, a produção de alimentos se restringia ao cultivo de milho e mandioca, abandonando os demais cereais como trigo, feijão, arroz e aderindo à monocultura, quando não, à venda ou entrega de sua parcela de terra aos fazendeiros.

Conforme Maria Isaura Queiroz, a agricultura de abastecimento comercial surgiu no Estado de São Paulo, em fins do século XIX, estreitamente associado à expansão do café. Competindo com a monocultura um grande cinturão de alimentos, cultivado por pequenos proprietários, rodeava a cidade de São Paulo e era o responsável por uma atividade agrícola que se firmaria como a principal na produção e abastecimento de alimentos do Estado. Os pequenos lavradores abasteciam São Paulo; disseminados em uma região inadequada para a cultura do café – áreas consideradas pouco produtivas, o que possibilitou a alguns deles certa independência dos grandes proprietários.

3. A família como centro das relações de trabalho e da política

A família como centro da economia agrícola é trabalhada por Maria Isaura, assim como também por outros sociólogos e antropólogos contemporâneos a ela como, por exemplo, José de Souza Martins (1975) e Eunice Durham (1984).

Nas relações econômicas é que a comunidade camponesa se define. Adotando uma economia de subsistência, as condições materiais são determinadas pelo mínimo necessário à sobrevivência e, o excedente, vai resultar em capital acumulado. Segundo José de Souza Martins (1975) e Antonio Candido (1987 e 1993), essa cultura do excedente vai definir o perfil do camponês e sustentá-lo mesmo em momentos de crise de mercado. O excedente vai gerar uma flexibilidade de absorção de crises, e por ser exatamente ele que possibilita ao caipira a acumulação de capital, pode garantir baixos salários como se o excedente fosse uma natural subvenção.

O trabalho nas fazendas era dividido entre as famílias que recebiam pelas tarefas realizadas e com isso, quanto maior a família, mais tarefas eram realizadas, maior era a renda. O pagamento em dinheiro era ínfimo, uma vez que lhes era concedido o direito de alojamento na fazenda e permissão para plantar produtos de subsistência, o qual revertia todo para a família colona. A família patriarcal era a unidade socioeconômica de maior importância no meio rural; o patriarca era o responsável pela divisão do trabalho e das terras entre irmãos, filhos, avós – são crianças, jovens e adultos de uma mesma família investindo em pedaços de uma mesma terra.

O trabalho agrícola no Brasil sempre foi essencialmente familiar; mesmo nos dias atuais quando se avalia o trabalho pela formação e competência individual, é comum o grupo familiar todo atuar na agricultura e, em muitos casos, ser contratado ou associado em uma mesma atividade e propriedade. Em propriedades pequenas em que não é possível a contratação de empregados, e antes disso, a compra de escravos, a família direta ou agregada sempre foi o grupo produtivo responsável pela manutenção econômica do sítio.

A organização familiar vai estabelecer a própria relação de classes pois, os traços da família patriarcal são próprios às classes dominantes, enquanto que aos homens livres, escravos e miscigenados – caipiras – era atribuída a ausência de família. Com a imigração Italiana em São Paulo, principalmente por sua origem católica, vai se reforçar o núcleo familiar conjugal que vai predominar como núcleo organizador nas mais diversas regiões rurais. Além disso, os grandes proprietários de terra tinham famílias organizadas em decorrência da necessidade de manutenção do patrimônio. Além de atribuir aos filhos, netos e parentes os cargos principais na fazenda, no comércio e na política, cabia-lhes herdar e decidir os rumos da agricultura, portanto, da economia e da política; como podemos ver exemplificado no capítulo “Política, ascensão social e liderança em um povoado baiano”.

Por outro lado, o pequeno lavrador, mestiço, nos bolsões caipiras, a independência nem sempre era total e provocava uma instabilidade na produção. Fatores que contribuem com isso são vários, desde uma indefinição na apropriação da terra, muitas vezes sem legitimidade de posse; os processos nômades, que eram forçados pelos grandes proprietários; a indefinida política fundiária, sempre ligada aos interesses dos latifundiários; e a falta de apoio para a produção agrícola. Tudo isso vai ser decisivo para a fragmentação dessas unidades produtivas em torno da agricultura o que, inevitavelmente, forçava uma fragmentação familiar e a migração.

Portanto, a compreensão do núcleo familiar e o que ele representa em termos de sociedade agrícola no Brasil durante a história se dá na medida em que compreendemos quem tem a propriedade como empreendimento familiar, estabelece as relações de trabalho; e, quem tem grandes propriedades como empreendimento da família mas que envolve parcerias, meeiros e funcionários, definem as atividades agrícolas na economia e na política.

É importante destacar que a agricultura em São Paulo, em meados do século XIX, quando introduziu o trabalho livre, deu preferência aos núcleos familiares. O contato com a fazenda sempre era assinado pelo chefe da família, que também recebia o salário de todos. Sempre coube ao homem a responsabilidade da lavoura na fazenda, enquanto à mulher os afazeres de casa e a lavoura de subsistência, como a horta, e as crianças ficavam encarregadas de atividades leves. Durante a safra, no entanto, toda a família participava. Os homens, mulheres e crianças com mais de cinco anos entravam na colheita.

Os imigrantes, principalmente os italianos e japoneses incorporaram essa forma de trabalho na agricultura, de modo que todos ficassem responsáveis pelo processo produtivo na lavoura. Aos olhos da sociedade, por muitas décadas, eram considerados mais trabalhadores que os nativos pelo fato de não arriscarem a sobrevivência de suas famílias e, assim, se submetiam a todos os tipos de trabalho na fazenda e em áreas consideradas improdutivas. Também, como os escravos, os imigrantes eram duramente vigiados e distribuídos em fazendas distantes para evitar contatos com seus “patrícios” e uma possível organização. Já no século XX, muitos deles passam a liderar essa economia em pequenas ou grandes propriedades, e contribuem decisivamente para as novas configurações do campesinato brasileiro.

4. O bairro como espaço demarcador do mundo camponês

No livro “Campesinato brasileiro”, do mesmo modo que em obra anterior “Bairros rurais Paulistas”, Maria Isaura vai evidenciar as relações sociais demarcadas a partir do que define como a instituição base que é a “parentela”, o grupo que se configura pela configuração familiar em parentescos diretos, consanguíneos, ou indiretos, que são os agregados por compadrio ou por solidariedade. A autora segue os estudos de Antonio Candido (1987) que brilhantemente e sensivelmente apresenta como essa instituição vai compor diferentes grupos em localidades diversas é a responsável pela formação dos “bairros rurais”.

Enquanto os povoamentos permanentes tinham definido um processo histórico, existia um outro tipo de povoamento nômade que estabeleceu outras formas de relações sociais e outra perspectiva histórica. Denominado povoamento transitório, Antonio Candido estabelece novas categorias de grupos identificados na história de São Paulo. Partindo do pressuposto de que o morador que não tem registros legais de propriedade da terra não se fixa e, portanto, é um morador temporário, subdivide este grupo em dois tipos: os agregados e os posseiros. O primeiro assenta-se na terra com autorização do proprietário, ao qual destina parte de sua produção ou seu trabalho. O segundo assenta-se em local apropriado às necessidades do grupo, independente da situação legal da terra.

Tanto as formas de trabalho como as relações sociais desse povoamento transitório, são mais complexas e ultrapassam os limites da família e do proprietário das terras – fazendeiros ou sitiante –, assim como, a posse da terra – herdada, comprada, apropriada – e a fixação nela dependem de fatores inerentes ao grupo que migra, ou povoamento nômade; ou seja, uma família nômade se estabelece em uma determinada localidade e forma um círculo de relações além das relações de trabalho e de família. Essas localidades são denominadas bairros e são compostas por núcleos de vizinhança que vão dos – parentes legítimos – filhos, sobrinhos, tios, irmãos – às famílias outras que podem estabelecer laços de solidariedade através da convivência.

Os bairros são agrupamentos essencialmente caipiras e se configuram a partir de famílias próximas ou, simplesmente, por laços de convivência, do trabalho, da religião, do lazer. Tornam-se próximos na medida em que se solidarizam podendo, os vizinhos, se tornarem “parentes” através do que convencionaram chamar de “padrinhos”. O compadrio é uma categoria social das comunidades caipiras, que para assegurar os filhos, formalizam a solidariedade entregando as responsabilidades congêntas aos vizinhos, no ato do batismo religioso, em caso de ausência dos legítimos pais. Outras formas de compadrio também se estabeleceram como, por exemplo, padrinhos de casamento e por afinidade. Essa simplicidade de estrutura e a forma fluida da organização caracterizam as bases das comunidades rurais brasileiras.

O bairro, agrupamento típico de São Paulo e do universo rural, não garante uma estabilidade e efetividade do grupo por agregar muitos grupos essencialmente nômades e migram de acordo com a necessidade ou possibilidade econômica. As relações de poder, então, se estabelecem através de grupos ou indivíduos que se destacam por sua experiência, sua capacidade de organização dos povoamentos, ou por sua atuação em direção às expectativas da comunidade. São as lideranças, que formadas espontaneamente, vão propiciar atividades comuns nos bairros.

É importante considerar os aspectos infraestruturais dos bairros. Compostos por casas bem próximas, a presença natural de uma capela e de um cemitério, e às vezes, um ponto comercial (armazém de secos e molhados). Mais tarde, os bairros mais aglomerados se subdividem em vilas e, depois, em quarteirões. Nessas localidades iniciaram os comércios, seguidos de uma formação administrativa através de pessoas que representavam a justiça e a ordem econômica. Processo esse, aos olhos de Maria Isaura, é o evidente processo de urbanização pelo campo, que aos poucos vai incorporando e integrando as modernidades ao seu contexto social.

5. O mundo rústico do folclore e do catolicismo espontâneo

O conhecimento popular e todos os elementos que compõem o universo rústico é ponto fundamental no livro “O Campesinato Brasileiro”, por esse prisma a autora vai evidenciar como o moderno e o tradicional são “complementares, uma vez que se interligam e se pressupõem”. Em uma espécie de entrelaçamento e de associação formando um todo dotado de organicidade, os capítulos destinados a essa reflexão procuram compreender o rural e o urbano em seus processos dinâmicos; e, ainda faz uma análise de seus fatos, fatos folclóricos, como as vivacidades e acontecimentos permanentes. É o que encontramos nos capítulos “O catolicismo rústico no Brasil”, “Funções sociais do folclore”; e, também exemplificados em estudos de caso nos capítulos “A dança de São Gonçalo, fator de homogeneização social numa comunidade do interior da Bahia”, “O Bumba meu boi, manifestação de teatro popular no Brasil”, “Os penitentes”, e “Três sobrevivências portuguesas na civilização rústica brasileira”.

Para Maria Isaura (1973, p. 137), o mundo rústico pode ser entendido como “um estilo de vida” resultante de “uma adaptação dos primeiros colonos europeus ao novo ‘habitat’ e de seu contato com os indígenas e africanos.” Esse mundo estaria desaparecendo com a aproximação e implantação cada vez maior da cultura urbana, o que significa a alteração de todo um modo de existência e seus rituais, festas, costumes e valores. A cultura rústica brasileira, definida por ela como civilização popular (1973:177), sempre foi transformada e adaptada ao modo de vida urbano que se expande permanentemente para as regiões rurais.

Define o modo de vida do homem rústico, partindo de Antonio Candido (1987: cap I) que coloca o universo da cultura tradicional com uma economia

de subsistência, relações familiares e de vizinhança, relação do homem com a natureza, com sentimento forte pela localidade, pela solidariedade, e pelas práticas de religiosidade popular, como características que vão determinar a estrutura econômica e cultural das comunidades rurais. Esse camponês que sempre manteve sociabilidade mínima; ou seja, socialmente se restringiu ao universo familiar e, quando muito, estabeleceu laços de confiabilidade e simpatia com outras pessoas que se tornavam “compadres”. O mundo rústico, portanto, sempre esteve relacionado a um ciclo natural fora das estruturas oficiais da sociedade; fora regido pelas determinações da natureza e proporcionando uma rotina determinada por ela, o que José de Souza Martins (1975) chama de “rotina ritualizada”. Esse cotidiano ritualizado vai seguir referências básicas: os ciclos da natureza nas diferentes estações do ano, e as comemorações litúrgicas do catolicismo, presentes em função da colonização portuguesa.

O domínio popular dos rituais, seja religioso ou profano, atribui ao camponês uma identidade cultural própria que foi facilitada pelo tipo de colonização que a América Portuguesa recebeu. Inicialmente submetido ao processo religioso colonizador e de dominação, principalmente nas cidades, os povos foram incorporando suas expressões e crenças aos rituais oficiais, do mesmo modo que a Igreja também incorporou algumas manifestações.

Para Maria Isaura, o catolicismo brasileiro foi estruturado a partir de um catolicismo trazido ao Brasil pelos portugueses imigrantes, mas já era um catolicismo popular traduzido pelas crenças dessa gente. Essa religiosidade, contudo, caminhou em duas frentes distintas: uma que se manteve mais vinculada à formalidade que seria o catolicismo urbano, e a outra que percorreu o sertão rural adquirindo interpretações mais espontâneas (1973: 78). Na condição de homem escravo e livre, pouco a pouco, foi se constituindo uma comunidade mestiça e mulata que se tornou nômade e independente, o que criou um universo religioso composto por comemorações e festividades religiosas de diferentes origens – indígena, negra e europeia. Essas manifestações ocorriam em locais diferenciados considerados sagrados, muitas vezes em localidades naturais. Em outros momentos, onde havia dispersão, as famílias se reuniam no interior de uma propriedade rural ou em uma capela. Essa é a composição do Catolicismo Rústico, que bem lembra a autora, vai se configurando diferentemente nas mais distantes e diferentes regiões do país. (1973, p. 79-80)

Dentro de uma sociedade baseada na economia de subsistência, o natural e o sobrenatural ganham importância complementar. Na medida em que se dá no cotidiano explica ou justifica os fatos simultânea e complementarmente.

Por isso, um ritual nesse contexto é extremamente complexo e envolve várias formas de manifestações, compreende desde a música com letra, melodia, ritmo; a dança com vestimenta, passos combinados, gestos; até procissões com rezas, visitas, bênçãos, promessas. Também definem responsabilidades que criam hierarquias de grupos, como as irmandades, congadas, moçambiques, rezadeiras; ou de pessoas festeiros, capitães de mastro, reis e rainhas, cavaleiros. Essa vai se mesclando à hierarquia da própria Igreja com o bispo, padre, capelão, ministros e beatos. Alguns como o festeiro e o capelão são personagens centrais do catolicismo rústico (1973, p. 90).

As festas populares constituem a expressão mais importante para a população rural. Nelas os grupos são levados a reencontrar suas origens e, deste modo, também, uma forma de identificação e comunicação coletiva. Permitem a liberdade de expressão e a valorização local e até individual. Outros marcadores religiosos também compõem o universo camponês como o batismo, que define as relações de compadrio; a Folia, como fator de integração de vizinhança; a novena e os ex-votos, que marcam uma relação sobrenatural com o santo que representa sua fé. Nesse período extraordinário e solene de uma manifestação religiosa rompe a rotina dura de produção e se misturam as classes sociais, camuflando a hierarquia de poder, inclusive o da Igreja, para viver dias de um mesmo culto a um mesmo Santo.

É característica das manifestações de religiosidade popular, portanto, unir o sagrado ao profano e as diferentes autoridades no que a autora chama de “catolicismo rústico”; é a junção do catolicismo oficial com o popular que configura uma dualidade religiosa que está presente em todo o mundo. Isso levou muitas vezes a grandes conflitos, expurgos e mortes. Mas, no Brasil os rituais oficiais foram se ligando a atividades do festejo popular de uma maneira que se complementam. E o que é mais interessante, com o processo de urbanização do campo o catolicismo rústico foi sendo modificado pela atuação mais intensa do catolicismo oficial e, “se reforçam e se estruturam de maneira mais vigorosa, contrastando com a fluidez e a indeterminação da religião rústica brasileira” (1973, p. 98).

6. As funções do folclore como afirmação do mundo camponês

O contexto rural traz todo um arcabouço de referências que compreende o pensar, o sentir e o agir dos envolvidos àquele meio, seguindo um conhecimento

tradicional. Dos afazeres do dia-a-dia ao extraordinário das festas, o campesinato brasileiro configura uma diversidade cultural. De uma geração à outra, oralmente ou por processos materializados, o conhecimento e a tradição foi transmitida e repetida. Diferentes rituais que registram e transmitem saberes empíricos. Para Maria Isaura o termo “folclore” que teve origem no século XIX designa: “o conjunto de provérbios, cantos, mitos, lendas, crenças que se incorporam à tradição de uma comunidade, quanto também a disciplina que os estuda” (1973, p. 123).

Essa abordagem conceitual europeia mais ampla sobre folclore, tem como referência seu orientador e parceiro em pesquisas Roger Bastide. Também adota “comunidade” do ponto de vista sociológico que compreende o termo como um grupo restrito, ou limitado; um subgrupo dentro de uma sociedade mais ampla o que para ela “o folclore se liga, pois, especificamente a grupos de envergadura demograficamente modesta; em seu ambiente de relações íntimas e carregadas de afetividade se formam costumes e peculiaridades, crenças, lendas, que tornam um grupo diferente dos demais” (1973, p. 124). Com isso ela identifica a primeira função social do folclore a de “acusar e reforçar a personalidade dos pequenos grupos”, e lembra que essa linha foi destacada por Bastide em seu curso de Sociologia do Folclore.

No capítulo “Funções sociais do folclore”, a autora traz essas posições e faz questão de distinguir os fatos folclóricos dos fatos da cultura em geral, evidenciando uma oposição entre a cultura popular do fato folclórico e a cultura erudita e, também oposição à sociedade secularizada das religiões oficiais. Define como fato folclórico o espontâneo, o vulgar, o anônimo e o coletivo; enquanto o fato erudito como um saber mais aprofundado e próximo da ciência; e o fato cultural o mais amplo que envolve o folclore com um de suas partes. E tudo aquilo que nesse contexto tiver duração e for transmitido e repetido de uma geração à outra, permanecendo vivo e exercendo importância para a comunidade torna-se tradição. Essa é a segunda função social do folclore, seu “caráter tradicional” que, segundo o texto, torna-se “quase sinônimo de sobrevivência”. (1973, p. 125)

Outra função do folclore apresentada no capítulo é a formação de uma disciplina, a fim de compreender as expressões que estavam sendo perdidas no processo de urbanização do campesinato, ou pelos movimentos humanos que caracterizaram esse contexto rural na história. O folclore como disciplina só pôde ser concebido quando abordado pelo campo da antropologia e da sociologia, com métodos e técnicas de pesquisa próprios a essas áreas de conhecimento,

como as observações, entrevistas e questionários, e ainda com utilização de fontes documentais e bibliográficas. Postura essa que muitos folcloristas passaram a adotar para legitimar seus estudos.

Florestan Fernandes, no livro “Folclore em questão”, faz uma crítica acirrada a conceituações sobre o folclore colocando-o como disciplina isolada, ou ciência. Ele coloca que os folcloristas isolam os fatos do contexto e fazem um estudo positivista e funcional. Com isso, ele argumenta que folclore é objeto de investigação científica e não ciência e, assim como Maria Isaura, defende que tal procedimento pode desenvolver-se no campo da história, da sociologia, da psicologia, da linguística, da antropologia; “ao contrário do folclorista, o psicólogo, o etnólogo, o sociólogo não estudam o folclore propriamente dito, mas a sua inserção e influência na organização da personalidade, da cultura e da sociedade.” (1979, p.14)

Por fim, depois de exemplificar com estudos de caso (que podemos ler de modo mais amplo nos capítulos VII, VIII, IX e X), a autora encerra o capítulo com três aspectos fundamentais para o estudo dos fatos folclóricos: em primeiro lugar, não há o que lamentar quando o fato folclórico se alterar ou desaparecer, pois não há o desaparecimento do todo, mas sim a diluição ou supressão de certas formas e maneiras de expressar o fato; segundo lugar, é necessário ampliar os estudos folclóricos, quer como disciplina, quer como abordagem multidisciplinar que possa compreender a dinâmica dos pequenos grupos e consequente dinâmica das manifestações; em terceiro lugar, entender folclore e estudá-lo como tradicional apenas, mas identificar, descrever e analisar as novas formas no contexto rural e urbano para não limitá-lo a um tipo de sociedade. Então, adverte que redefinir e atualizar o conceito é fundamental.

7. Considerações finais sobre a obra e aproximações folkcomunicacionais

Em sua tese Maria Isaura Pereira Queiroz classifica duas condições sociais: a realidade camponesa que configura o Brasil de modo mais amplo, e portanto definidor de uma postura metodológica para estudar a modernização; e a realidade urbana em processo de avanço dos grandes centros para adentrar o meio rural. Essas realidades abarcam toda a complexidade de manifestações da cultura popular, e vai confluindo e coexistindo com a sociedade moderna que se estru-

tura. É um ajustamento entre campo e cidade que deve, segundo a autora, ser analisado da perspectiva do campo para a cidade, e não o inverso.

São os bairros rurais o foco de sua obra, com base em Antonio Candido que apresenta essa tese amplamente, e demonstra como toda a sociedade camponesa se assenta na estruturação familiar e de parentesco; e se identificam nas manifestações da cultura popular chamadas de folclóricas como manifestações tradicionais de fortalecimento e sobrevivência grupal. Esse livro vai demonstrar também que a cultura camponesa viveu sob o domínio de outras culturas mais centrais e eruditas. E inclusive, ao refletirmos sobre os bairros rurais, não podemos considerar o camponês ligado a um único grupo ou como exclusivo da cultura popular rural, nem tampouco, podemos hierarquizar as diferentes culturas e localizá-lo como “mais ou menos” importante no processo de urbanização. O camponês vai se adaptando e incorporando o contexto social global. O universo do camponês está ligado ao processo de modernização de todos os aspectos sociais: econômico, político, religioso, educacional, etc. E, principalmente no que se refere à cultura popular em suas expressões festivas e rituais diversos. O campesinato brasileiro incorpora, assimila e rerepresenta.

Importante refletirmos alguns pontos da obra de modo mais crítico, levando em conta que é necessário fazer um levantamento nos campos da antropologia e da sociologia, inicialmente. Também de comunicação e de economia. Isso, pelo fato de: primeiro, o folclore ser considerado objeto de estudo de ciências afins e não como uma ciência para o estudo de manifestações consideradas fatos folclóricos; e segundo, esses limites entre o tradicional e o moderno, estagnando um e impulsionando o outro em razão de um desenvolvimento avassalador, devem ser vistos com parcimônia. Pois, o livro demonstra nos estudos de caso que essas mudanças no campo oscilam entre o que é e o que não é folclore e cultura popular, entre o que é e o que não é moderno.

Portanto, igualmente como na obra, é importante entender o folclore como abordagem de uma ciência social e atualizar seu conceito, assim como localizar as diferentes concepções de cultura popular, cultura erudita e cultura de massa. Fica evidente os modos culturais, que se entrecruzam no processo de modernização do campo, como expressões da cultura camponesa ou meios de transmissão dos saberes daqueles grupos. Aspecto delimitado nos estudos iniciados por Luiz Beltrão em 1967, que identifica as diferentes formas de comunicação dos grupos marginalizados no campo e nas cidades. Área científica que protagoniza os processos comunicacionais inerentes às manifestações populares e folclóricas, um estudo de folkcomunicação, ao que Luiz Beltrão define como “o processo

de intercâmbio de informações e manifestações de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore” (2001, p.79). É um processo artesanal e horizontal onde ocorre a comunicação interpessoal através de canais conhecidos pelos grupos rurais ou urbanos; mas também, processos com atualizações de linguagens e tecnologias por conviverem ou serem apropriadas por diferentes meios e grupos sociais. Entender quais eram os objetivos da modernidade e os desdobramentos na América Latina, e no Brasil.

Fazer um estudo sobre o livro “O campesinato brasileiro” é fazer uma revisão dos vários conceitos pertinentes ao estudo da sociedade e da cultura, e ao campo da sociologia da comunicação. E nesse aspecto é fundamental precisar os conceitos principalmente os mais comumente utilizados nesses estudos como: cultura, cultura popular, cultura de massa, cultura erudita, comunicação popular e de massa, folclore, são alguns. Buscar as especificidades do universo rural nos leva a buscar mais compreensões no campo da folkcomunicação, como líder folk, folkmídia, centros de informação e meios de expressão, por exemplo. E é nesse campo que encontramos uma complementação aos estudos do campesinato brasileiro e as interações entre o tradicional e o moderno, o rural e o urbano.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues - **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 7ª edição, 1987

_____. **Recortes**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 3ª Ed. 1984.

FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LIMA, Rossini Tavares de. **A ciência do folclore**. São Paulo: Ricordi, 1978.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo, Brasiliense, 29ª Ed., 1983.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo, Ed Pioneira, 1975.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O campesinato Brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis/RJ:Vozes, SP: Edusp, 1973.

_____. **Bairros Rurais Paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas cidades. 1972.

SCHMIDT, Cristina. **Folkcomunicação na Arena Global**: avanços teóricos e metodológicos. São Paulo: Ductor, 2006.

_____. **Mídia caipira no país dos bandeirantes**. (in) MARQUES MELO, José (org.). Os bandeirantes na Idade Mídia: capítulos da história comunicacional paulista. São Paulo: Intercom/Angellara, 2007.

_____. **A comunicação midiaticizada e a mudança do caipira**. Trabalho apresentado no XX Congresso de Ciência da Comunicação – INTERCOM.

_____. **New-caipira: a recriação da cultura em Piracicaba**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. SBC/SP, 1993.